

A dimensão humana nas inovações em redes sociais: uma abordagem do Desenvolvimento Local¹

The human dimension in innovations in social networks: an approach of Local Development

Nadia Sater Gebara²
Heitor Romero Marques³

¹ Trabalho desenvolvido como atividade de Seminário Integrador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade na Universidade Católica Dom Bosco no ano de 2011.

² Licenciada em Pedagogia pela UNIGRAN, Bacharel em Direito, Especialização em Metodologia de Ensino Superior pela UNIGRAN, Professora Universitária, Mestranda em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade. E-mail: n.sater@hotmail.com.

³ Licenciado em Ciências e Pedagogia pela FUCMT, Especialista em Filosofia e História da Educação pela FUCMT. Mestre em Educação, Formação de Professores UCDB e Doutor em Desarrollo Local y Planteamiento Territorial (Complutense, Madri). E-mails: heiroma@ucdb.br; heiroma@ig.com.br

RESUMO **ABSTRACT**

O presente estudo tem por finalidade abordar as questões relativas à Dimensão Humana nas Inovações em Redes Sociais no contexto do Desenvolvimento Local.

O tema abordado se faz instigante pelo dinamismo social frente ao processo de globalização e as consequências dele advindas que pressupõem uma reflexão da dimensão humana no que tange a seus valores e papéis assumidos na sociedade, especificamente no contexto das comunidades. O entendimento do que seja inovação em redes sociais implica necessariamente compreender as ações que perpassam as diferentes possibilidades no emaranhado social. As ações próprias das inovações em redes sociais são eivadas de interesses de pessoas, de grupos e de empresas. O estudo implica ainda uma nova ordem social quanto à rapidez das interações sociais disponibilizadas pelas redes sociais e os reflexos no desenvolvimento local, fazendo-se necessária a conceituação dessas redes sobre os diversos enfoques teóricos no contexto econômico, mas especialmente no humanístico a fim de colocar o homem como centro do desenvolvimento, ressaltada a importância da valorização dos aspectos endógenos de comunidades interligadas continuamente pelo novo processo que se inseriu com a globalização. Trabalho desenvolvido como atividade de Seminário Integrador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade na Universidade Católica Dom Bosco, no ano de 2011.

The present study aims to address the issues in the Human Dimension of Innovation in Social Networks in the context of Local Development. The theme discussed is done by stimulating social dynamics facing the globalization process and the consequences of it coming from that imply a reflection of the human dimension regarding their values and roles assumed in society, specifically in the context of communities. The understanding of what innovation in social networks necessarily understand the actions that cut across different social possibilities in the tangle. The own shares of innovations in social networks are fraught with concerns of people, groups and businesses. The study also implies a new social order in the rapidity of social interaction offered by social networks and reflections on local development, making it necessary to the concept of such networks on the various theoretical approaches in the economic context, but especially humanistic order to put the man as the center of development, emphasized the importance of enhancement of endogenous aspects of communities linked by the new continuous process that fits into globalization.

PALAVRAS-CHAVE **KEY WORDS**

dimensão humana
inovações
redes sociais

*human dimension
innovations
social networks*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa um esforço de seus atores no sentido de responder a um problema que há muito instiga os estudiosos das redes sociais. Como a ideia é a de delimitar a discussão sobre as redes sociais, conjecturou-se indagar: Qual a relevância de se levar em conta a dimensão humana nas inovações em redes sociais para que fique configurado o desenvolvimento local? Em vista desse problema de pesquisa, o grupo de estudo estabeleceu, pois, como objetivo: demonstrar a relevância da dimensão humana nas redes sociais no sentido de caracterizar o desenvolvimento local.

Das várias possibilidades metodológicas para elaboração da pesquisa, optou-se pela revisão bibliográfica, por julgá-la mais apropriada à busca de alguma generalização, como possibilidade de marcar mais precisamente o recorte teórico.

Em termos de relevância, o trabalho se destaca no que concerne aos aspectos socioculturais, visto que é nessa perspectiva que se deve configurar o desenvolvimento local. O trabalho está estruturado em dois grandes tópicos, quais sejam: Inovações em Redes Sociais e a Dimensão Humana no Contexto do Desenvolvimento Local. No primeiro tópico, após algumas considerações iniciais, são apresentados distintos conceitos sobre o tema para facilitar a abordagem sobre uma nova concepção de redes sociais em desenvolvimento local. O tópico se fecha quando analisa a dimensão humana em redes sociais. O segundo tópico se dedica ao estudo do ser humano enquanto objeto e sujeito do desenvolvimento local, bem como explicita algumas perspectivas e tendências sobre essa possibilidade.

1 INOVAÇÕES EM REDES SOCIAIS

Uma revisão dos estudos mais recentes sobre inovações em redes sociais indicam que há uma variedade conceitual bastante acentuada, com suportes também diferenciados em termos epistemológicos.

O entendimento do que seja inovação em redes sociais implica necessariamente compreender as ações que perpassam as diferentes possibilidades no emaranhado social. As ações próprias das inovações em redes sociais são eivadas de interesses de pessoas, de grupos e de

empresas. Cada ação representa um ou mais interesse no sistema de trocas, característico das redes sociais.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde o século XX, o mundo vem passando por uma série de transformações que exigem dos estudiosos um rigor mais intenso na observação sobre as teorias até então existentes sobre desenvolvimento e inovações, já que essa nova realidade tomou definitivamente a dianteira e teoriza-se a si própria.

Boaventura Sousa Santos (1999), analisando os reflexos para os estudos sociológicos da época, explica que é nesse campo do desenvolvimento e das inovações protocolizadas pelos avanços tecnológicos trazidos pela globalização, que se percebe a banalização da realidade pela rapidez e intensidade dos acontecimentos que causam perplexidade geral e motiva a elaboração do presente estudo. Esse mesmo autor observa ainda que a atualidade, caracterizada pelo Processo de Mundialização ou Globalização, toma um novo norte. O pensamento pós-moderno caracterizado pelo novo aspecto cultural motivado pela expansão da produção industrial, a nova distribuição do trabalho e das relações de classes impõem um posicionamento dos estudiosos para essa nova sociedade, conforme a diversificação nas alternativas de desenvolvimento, tanto no centro como na periferia do sistema global. Para atender a demanda dessa nova sociedade inovadora, alguns grupos sociais promovem uma mobilidade transnacional. Sob o efeito do avanço tecnológico, surgem no jovem século XXI forças sociais de resistência, novos movimentos sociais de fluxos interativos que, para o presente estudo, consideram-se pelas chamadas redes sociais.

Boaventura Sousa Santos (1999) refere-se ao redirecionamento da sociedade, em virtude do avanço tecnológico. Paralelamente ao sistema capitalista, nota-se por todo o globo, com a mesma intensidade da lógica dominante, o surgimento de movimentos comunitários e de minorias como uma resposta muito clara da diversidade e, principalmente, de dinamização do processo de interação econômica, social ou cultural. Surgem então os novos tipos de relações de sociabilidade que nela se realizam, marcadas originalmente pela afetividade e pela solidariedade. Cassiolato e Lastres (2000) ratificam essa mesma ordem de pensamento

afirmando que a nova reorganização social requer soluções práticas e implica a formação de grupos diferenciados de pessoas, com interesses diversos que atuam visando ao mesmo objetivo, ora reunindo-se e reinventando novas formas de solidariedade e cooperação, ora ocupando os recursos tecnológicos disponíveis pela *Internet* para atingir seus objetivos por meio das redes sociais.

Em outros termos é possível afirmar que as redes sociais podem ser virtuais ou não e que se destacam pelo crescente número com domínio dos sistemas tecnológicos. Sua atuação se dá de forma virtual, nos chamados *ciberespaços* ou pelos novos sistemas de organização social e de trabalho, quando não, efetivam-se por meio das ONG, comunidades e instituições sociais capazes de promover alguma forma de desenvolvimento social (RHEINGOLD, 1996).

A ideia de redes sociais surgiu desde o século passado para designar a complexidade de relações pessoais dentro de um sistema padronizado de laços e interesses e que foram definidos pelos cientistas sociais como categorias étnicas, tribos, famílias, gêneros e outras categorias sociais (BARNES, 1954 *apud* MARTELETO, 2004).

As redes sociais não virtuais, conhecidas como ONG, surgiram com um grande potencial, uma evolução do Terceiro Setor, como alternativa de fortalecimento e de sobrevivência de comunidades em busca de objetivos próprios. Manuel Castells (2010) aponta que, diante dos efeitos da globalização, as redes sociais representam uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela.

As organizações, sejam empresariais ou não, estão constantemente em busca de estruturas alternativas de trabalho, que sejam capazes de enfrentar ambientes de maior complexidade. Uma das respostas a essa busca é o surgimento das redes. “[...] essas redes fazem mais do que simplesmente organizar atividades e compartilhar funções. Elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais” (CASTELLS, 2010, p. 426).

O ensinamento do autor retro referido significa dizer que a participação em uma rede social virtual, ou não, envolve mais do que a troca de informações sobre determinado trabalho e organização de um grupo específico que se manifesta de forma isolada, mas também significa

comprometer-se ou pactuar-se na realização de ações de ordem prática e enfrentado fronteiras culturais, geográficas, políticas ou econômicas.

Lastres (1995) evidencia que as inovações industriais e as novas imposições dadas pelo avanço tecnológico flexibilizadas pela mudança dos modos de produção e pelos meios de comunicação, além de reorganização das estruturas das instituições, provocaram o crescimento da competitividade das empresas.

Na mesma esteira de pensamento, Milton Santos (2006 p. 147) referiu-se a esse novo tipo de relação de mercado, abordando a questão da competitividade e suas consequências para a mundialização ou globalização:

[...] um mundo que resista à atual noção de competitividade permitiria certamente, [...] outro tipo de relações entre as empresas, entre as pessoas, entre os lugares. Não vem da técnica essa necessidade frenética de competitividade, mas da política. Não é a técnica que exige aos países, às empresas, aos lugares ser competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que há uma grande variedade de termos que têm sido usados para cunhar essa nova era ou novo período evolutivo, como pós-modernidade, pós-modernismo, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, nova economia ou até, novas relações e interações sociais. Nesse sentido, Anthony Giddens (2010) referencia como períodos de alta modernidade ou modernidade radicalizada. Para Manuel Castells (2010), esse período é visto como cultura da virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado, que terminou por transformar as bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal, caracterizando um novo sistema social, a que chama de a sociedade em rede. Pode-se, pois, afirmar que a *Internet* é muito mais do que simples tecnologia, é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa das sociedades atuais.

As redes sociais estão relacionadas com a sociedade da era da informação e podem ser identificadas como organizações formais e informais, lícitas ou ilícitas. Não mais se pode negar na atualidade que o indivíduo sempre estará inserido nessas redes, em razão das atividades, das necessidades materiais e da interação social.

Para Sodré (2002, p. 14), rede é “onde as conexões e as interseções tomam o lugar do que seria antes pura linearidade”. Essas conexões e interações no âmbito das redes sociais ocorrem pelo contato direto (face a face) e pelo contato indireto, utilizando-se um veículo mediador, como a *Internet*, o telefone, ou outro meio. Enfim, pode-se dizer que as redes sociais envolvem um conjunto de atores que mantêm ligações entre si.

Quanto à questão das redes virtuais - aquelas que se utilizam de um veículo mediador, segundo as palavras de Sodré - Milton Santos (2006) estabelece uma mesma linha de raciocínio, com outras palavras, ao referir-se aos tipos de rede.

A partir dos conceitos acima, torna-se evidente a presença de comunidades, virtuais e não virtuais, ou reais, atuando com determinação e autonomia, mas ligadas pelos mesmos objetivos e com os mesmos sentimentos de pertença necessários para identificá-las em um espaço determinado. Essa nova trajetória do desenvolvimento social, pelos meios de comunicação ou pelas necessidades da economia, retira e transforma as instituições existentes, de uma forma muito brusca e leva a um novo e diferente tipo de ordem social. Balizados nas lições desses autores, essas redes, de um modo, promovem a redefinição do trabalho, em múltiplas relações sociais; por outro, a reinvenção das formas de solidariedade, tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano ou cibernético, mas todos com um propósito muito claro: o da interação e socialização que possibilite a antecipação de soluções para questões sociais, econômicas, culturais e até mesmo religiosas, como se a realidade se adiantasse para se atingir o processo imediato de interações sociais globalizadas em tempo real ou virtual, simultaneamente.

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros, quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da construção de solidariedades (SANTOS, 2006, p. 189).

Milton Santos trata ainda da questão do alargamento do contexto, consideradas por ele como a expansão desse cenário como forma de dinamizar as interações. Aumenta exponencialmente o número de trocas e estas ocupam um número superlativo de lugares em todos os continentes, multiplicando-se o número e a complexidade das conexões (FISCHER *apud* SANTOS, 1980).

Ainda em Milton Santos, essa interação promovida pelas relações de trabalho vai ganhando fronteiras e abrindo espaços e, quanto mais se expandem, mais aumentam suas interdependências e a população envolvida, caracterizando o alargamento dos contextos e sua dimensão. Isso implica novas formas de controle e cooperação globalizados em respeito às relações de produção reguladas pela ordem financeira e especulativa do mercado.

A intensificação da formação das redes sociais reflete um processo de fortalecimento da sociedade civil, em um contexto de maior participação democrática e mobilização social.

1.2 CONCEITUAÇÕES

Sem a pretensão de se esgotar a conceituação de redes sociais, com base nas teorias abordadas acima, aquelas podem ser consideradas como uma forma de organização humana, que atende à nova ordem inovadora dos avanços tecnológicos desencadeadas pelo processo de globalização.

Norbert (1994), para encontrar o significado de redes, em termos epistemológicos, afirmou que, para se ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, pode-se pensar no objeto do qual deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida pelos seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados. A rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. Essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem posição e forma singulares dentro dele.

As redes sociais implicam a estrutura social devidamente articulada e conexas entre os indivíduos e suas intenções e necessidades, cada um com sua importância dentro da totalidade das relações globais. “Assim, efetivamente, cresce o indivíduo, partindo de uma rede de

pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar” (NORBERT, 1994, p. 34).

O modo como Norbert (1994) aborda a questão das redes sociais não se refere à rede apenas quanto à sua formação técnica ou teórica, mas impõe uma nova visão do contexto social representado por um espaço aberto, onde cada indivíduo se coloca e intensifica ou reduz sua ação de acordo com seus interesses.

O caráter prático da noção de redes sociais manifesta-se na ação social segundo um campo aberto e sujeito a trocas de informações e conhecimento entre o todo e a parte e vice-versa (MAUSS, 1974). Essa afirmação também se respalda em Castells (2010), que chamou a sociedade em rede como sendo aquela que se caracteriza pela própria morfologia social como ação social. No mesmo sentido, Marteleto (2004, p. 72) aponta que as redes sociais representam “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Nos ensinamentos de Castells (2010), as redes constituem a nova morfologia social que modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Esse autor indica a existência de redes no passado, mas salienta que, na atualidade, em razão da inovação tecnológica, sua presença é intensificada e envolve toda a estrutura social. O fato de sua presença ou não ou da intensidade do seu fluxo, implica dimensão do poder sobre a sociedade. No entendimento do autor, o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. O mesmo autor evidencia ainda a relação das redes sociais com o capitalismo vigente, afirmando que as redes surgiram em decorrência do seu processo evolutivo e que permanece no novo sistema, mesmo que de forma diferenciada. Trata-se do capitalismo global e estruturado em uma rede de fluxos financeiros: “[...] a acumulação de capital prossegue e sua realização de valor é cada vez mais gerada nos mercados financeiros globais, estabelecidos pelas redes de informação no espaço intemporal de fluxos financeiros” (CASTELLS, 2010, p. 567).

As redes sociais podem operar em diferentes níveis, como, por exemplo, redes de relacionamentos (*Facebook, Orkut, Myspace, Twitter, e Tymr, Badoo, H5*), redes profissionais (*Linkedin*), redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, dentre outras, todas com um ponto em comum que é justamente o compartilhamento

de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns.

As redes sociais virtuais são resultados de um avanço tecnológico em que os indivíduos têm relacionamento interpessoal, mas sem estarem fixados num determinado território ou sem a proximidade ou proximidade física. Por sua vez a Rheingold (1996) entende comunidade virtual como grupos sociais que utilizam os avanços tecnológicos e cujo território é o próprio ciberespaço.

Sobre o espaço das redes sociais, Santos (2000) observa que o global é experimentado primeiramente numa perspectiva de totalidade por meio das redes de conhecimento que expressam questões práticas e teóricas. Numa segunda perspectiva, experimenta-se uma formação socioespacial, de país ou Estado, mas resultante de uma regulamentação e delimitadas pelas linhas fronteiriças, mas, no lugar em que se realiza a concretização dos fenômenos sociais decorrentes da sua prática e dos sentimentos de solidariedade é que eles se perpetuam e baseados nas heterogeneidades de cada sociedade.

Infere-se, das ideias de Milton Santos, que o território das redes sociais se perpetua no local onde acontecem as relações de trabalho ou sociais, registra as reais características de cada povo e suas peculiaridades, e que as cidades nacionais, assim chamadas pelo autor, representam formas de controle e poder político por meio das regulamentações formais. As decisões em nível nacional interferem nos níveis inferiores da sociedade por intermédio da configuração geográfica, vista como um conjunto. Todavia, somente em cada lugar é que ganham significação real. Pode-se, enfim, entender redes sociais como sendo aquelas representadas por determinado grupo de pessoas com objetivos comuns, que interagem virtualmente por meio da nova tecnologia da informação ou ainda, as redes sociais, não virtuais que se reúnem com o mesmo objetivo, dentro de um espaço real, geograficamente determinado. O ponto de identificação dessas redes dá-se pela participação e objetivos comuns, que certamente não podem ser alcançados isoladamente e que geralmente são fixados pelo grau de coesão e da solidariedade. Já o ponto de divergência seria o local, que, no caso das redes sociais, são os denominados *ciberespaços* e na própria comunidade local, por meio das associações ou organizações quando se tratar de comunidades não virtuais.

O território se diferencia, mas permanecem os sentimentos de solidariedade que movimentam essas redes e mantém, mesmo que por determinado tempo ou até que os objetivos sejam atingidos, o fluxo dessas relações.

2 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE REDES SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nesse tópico, o tema redes sociais será abordado a partir da visão do Desenvolvimento Local, mediante uma ponderação da inovação tecnológica construída nessa última década, a par de suas repercussões na vida da comunidade com perspectivas de promoção de Desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário, conceituar o desenvolvimento Local.

Para Oliveira (2001), que aceita o conceito empregado pela ONU, o Desenvolvimento Local tem como núcleo o desenvolvimento humano, resultante da satisfação das necessidades das pessoas como garantia de bem-estar-social, de cidadania, obtidos com a concretização dos direitos sociais, ou direitos difusos. Esse mesmo autor deduz que o desenvolvimento local só ocorre quando houver uma transformação entre os membros das comunidades, não apenas sob o aspecto econômico, mas também social, como um processo de transformação global em que o indivíduo torna-se protagonista de sua própria comunidade, motivado pelo crescimento de suas capacidades e competências num verdadeiro sentido de evolução endógena, com os mesmos objetivos dos demais.

O desenvolvimento local não se restringe apenas no crescimento econômico de uma região, vai além ao pressupor um crescimento sociocultural que pode ser alavancado pela própria economia, se os interesses financeiros daqueles envolvidos representarem o atendimento de uma ordem social e coletiva de bem-estar social e cidadania. Mesmo com a nova compreensão do desenvolvimento local, que se afastou da ordem econômica e avançou em direção da dimensão humana, o capital social continua sendo utilizado por alguns autores, citados neste trabalho, como parâmetro para medir o potencial da capacidade de crescimento de uma comunidade.

O capital, visto como potencial das relações pessoais e coletivas, continua presente nos ensinamentos de Desenvolvimento e, segundo

Putnam (1993), é concebido como o envolvimento individual em atividades coletivas e o efeito subsequente na construção de redes de confiança recíproca, que não só tem um impacto na comunidade na qual o indivíduo reside, como também pode impactar-se na sociedade como um todo, via processo de construção de virtudes cívicas. Para esse mesmo autor, o capital social está representado por dois elementos: a reciprocidade e a confiança, como requisitos indispensáveis para o êxito das relações sociais que primam, como objetivo comum, a conquista de um direito social ou de alguma forma de crescimento do meio.

No sentido acima defendido, desloca-se o exame do desenvolvimento local para a discussão em torno das relações sociais construídas pelas redes sociais e, portanto, para o estudo sobre o capital social, considerado sob o ponto de vista resultante do fluxo de suas interações e na construção das redes de confiança entre seus membros (MARTELETO, 2004).

Em Albuquerque (1998), o capital hoje é o conhecimento visto como recurso estratégico que deve ser incorporado à economia, mas que envolve especialmente a formação social e territorial. Com as inovações advindas da globalização, esses laços de confiança e reciprocidade, presentes no capital social, utilizaram-se das redes de conhecimento criadas pelos novos recursos tecnológicos para concretização de seus objetivos. Hoje é possível perceber uma série de empreendimentos que empregam esses recursos como forma de desenvolvimento. Lastres (1995) averigua a presente afirmação ao expor sobre os sistemas produtivos, constatados através da presença das micro e pequenas empresas que se utilizaram da participação e da energia coletiva e passaram a compor um importante papel no desenvolvimento de comunidades. Esses novos empreendimentos empregaram, como recurso, justamente o sentido de coletividade para aprender a trabalhar de acordo com a nova dinâmica dos processos de inovação, disponibilizada pelas redes sociais ou pela difusão da chamada Sociedade da Informação ou da Era do Conhecimento.

Ensino semelhante ao acima exposto é dado por Santos (2000) ao defender que o território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Para esse autor

a presença das redes no território difunde e perpetua o fluxo de relações entre os atores de um local, e a troca de informações e conhecimentos inerentes ao processo permite que seus interesses sejam concretizados.

A referência sobre arranjos produtivos e inovativos locais ou *clusters*, também conhecidos por distritos industriais, deixa clara a importância das redes sociais como recurso de desenvolvimento. Segundo Marteleto (2004), esses empreendimentos são representados por pequenas ou médias empresas estabelecidas em áreas específicas de um município, destinadas à implantação de indústrias, e pressupõem a interação de agentes baseados na confiança e na solidariedade, e se utilizam dos novos conhecimentos oferecidos pelas redes sociais. Daí a importância da confiabilidade e dos laços de amizade entre seus membros, pois é preciso acreditar na nova realidade econômica e social de desenvolvimento que será alimentada pelas novas informações oferecidas pelas redes sociais.

Vê-se, com as teorias referenciadas acima, uma demonstração indiscutível da importância das redes sociais para o desenvolvimento de comunidades, sustentadas pelos fluxos de informações e da apropriação de mecanismos dinâmicos de articulação de investimentos e meios de produção capazes de proporcionar melhorias na qualidade de vida da comunidade e a satisfação de seus agentes. Esta é a utilidade das redes sociais para o Desenvolvimento Local (SCHERER-WARREN, 2006).

3 A DIMENSÃO HUMANA EM REDES SOCIAIS

Inicialmente é preciso afirmar que abordar a questão da dimensão humana em redes sociais equivale a aceitar a premissa de que o ser humano ao ser o agente das redes sociais, em termos de toda forma de produção, dela também deve ser o beneficiário. Isso em outros termos quer dizer que o fato de o ser humano estar participando de uma rede social mediada tecnologicamente, seja em que medida for a rede em questão, permanecerá sempre social.

Nesse contexto da dimensão humana, caracterizando as redes sociais, as questões de fato ficam ao lado da experiência humana, e não da pura mediação tecnológica. Esse fato implica que é necessário lidar com a histeria do mercado, com toda forma de negligência, violência, preconceitos e afetividades, que obviamente caracterizam o universo humano.

Como já mencionado nos tópicos anteriores, as bruscas mudanças decorrentes da inovação tecnológica demandadas pela globalização ocasionaram enormes mudanças na sociedade e, por consequência, no ser humano em razão dos desafios das relações globais e complexidades socioculturais os quais justificam a necessidade de um estudo sobre a dimensão humana no contexto de desenvolvimento local. Norbert (1994) abordou justamente a questão do indivíduo como pessoa singular e a pluralidade de pessoas, estabelecendo um modelo da maneira como os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa sociedade. Nesse contexto, o autor enfocou o quanto cada pessoa ao ser inserida num processo de desenvolvimento é influenciada pelas relações sociais e vice-versa, ou seja, como as relações sociais sofrem influência dos indivíduos e os efeitos provocados por essa interação. Significa dizer que o processo civilizatório consiste numa troca mútua de culturas e valores que perduram no tempo.

Considerando os ensinamentos do autor supracitado e remetendo-o aos dias atuais no que tange às inovações da globalização, esse processo de interação ocorre constantemente pelas redes sociais, pois a troca de informações é própria da nova Era do Conhecimento. Tomaél (2005), ao escrever sobre as inovações em redes sociais, muito bem colocou sobre as relações desenvolvidas pelas pessoas por meio das redes sociais. É própria da natureza humana a necessidade de interação e de fortalecimento dos laços sociais que se iniciam pelos processos primários perante a família, escola e depois a própria comunidade, consolidando a sua sociabilidade.

Considerando-se a concepção de redes sociais, segundo Marteleto (2004, p. 72), como “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”, tem-se que esses participantes, nas interações promovidas pelas redes, além de compartilhar interesses, compartilham conhecimentos, culturas e valores, consolidando um processo de socialização.

4 O SER HUMANO ENQUANTO OBJETO E SUJEITO DO DL

O pressuposto básico do Desenvolvimento Local ao considerar o ser humano enquanto sujeito e objeto é o de que se deve levar em conta a sua integralidade. É essencial a formação de uma cultura de respeito

à dignidade humana, por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação. O acesso ao espaço público – o direito de pertencer a uma comunidade política, “permite a construção de um mundo comum mediante o processo de inserção do homem em seu meio” (ROUSSEAU, 1999, p. 10).

O isolamento destrói a capacidade política, a faculdade de agir. É aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, na qual agem em conjunto na realização de um interesse comum, está comprometida. O isolamento, que é a base de toda tirania, não atinge, no entanto, a esfera privada. O inédito, no totalitarismo, dada a ubiquidade de seu processo de dominação, é que exige também o desenraizamento, que desagrega a vida privada e destrói as ramificações sociais. Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma (ARENDETT, 1979).

Infere-se, das palavras de Rousseau (1999) e Arendt (1979), que sendo o isolamento a segregação do homem no mundo e, especialmente, no mundo globalizado, capaz de oferecer perspectivas para novas conquistas, a sua participação ativa e interação pelas redes, como redes do saber, deve ser concebida sob o ponto de vista de recurso necessário ao seu desenvolvimento pleno e participativo, como cidadão perfeitamente integrado ao meio pela própria atuação e utilização dos conhecimentos e culturas. Um cidadão presente no mundo e interagido na nova realidade. Nesse contexto, acena Rousseau de modo precursor, que

[...] nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação. (ROUSSEAU, 1999, p. 10).

A educação é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. A educação promotora e instigadora dos direitos humanos e da formação do cidadão objetiva formar a consciência do indivíduo para que seja ele o protagonista de sua própria história; visa incutir, no ideal de uma sociedade justa e democrática, o espírito de tolerância e de fraternidade para que, na mesma trincheira,

seja fortalecida a luta diuturna em prol dos que não têm direitos. Do mesmo modo, a conscientização da sociedade tem como meta não só transmitir ao homem quais são seus direitos e deveres, mas ensiná-lo a lutar por esses direitos, a cumprir esses deveres. Tem por foco principal permitir que todos os seres humanos, sujeitos de direito, desfrutem do leque de direitos que lhes são conferidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, que permeiam 30 artigos, dispondo sobre os direitos à vida, liberdade, propriedade, saúde, segurança, justiça e outros que, com idêntica envergadura jurídica, aconselham e escoram o mínimo esperado para que a pessoa viva com dignidade.

A dimensão humana preconizada pelo Desenvolvimento Local leva em consideração a ideia de que o homem precisa educar-se e integrar-se no mundo para compreender o sentido a que veio, pois ao contrário, de acordo com Hobbes (1999), estaria ele a viver como “lobo do homem”, no estado de natureza, de forma tal e isoladamente que a sociedade teria um único propósito: a violência em defesa da própria sobrevivência, prevalecendo a lei da selva ou o poder da força. Nesse sentido, sustenta Elizalde (2000 p. 51-2) que

O desenvolvimento local prioriza as necessidades humanas, considerando o homem como sujeito e beneficiário do sistema engendrado, facilitando e exigindo a participação efetiva das pessoas na condução de um processo que promova mudanças no pensar e no agir.

A capacidade humana de interar-se e desenvolver-se é conseguida pela sua integração na comunidade pela compreensão sistêmica do mundo. O aprender resultará no fazer pela própria necessidade e pela necessidade daqueles com quem se convive e se interage solidariamente e em benefício da posição social ou de uma ordem econômica que favoreça a todos que dela participem. O fortalecimento de uma comunidade depende da educação e de oportunidades como mecanismo fundamental para o enfrentamento das inovações, com vistas à inclusão digital e ao conhecimento do manejo e articulação das emergentes redes sociais.

As necessidades humanas, autodependência e articulação orgânica são os pilares fundamentais que sustentam o Desenvolvimento Local e a escala humana. Porém, para servir a seu propósito sustentado, devem, por sua vez, apoiar-se sobre uma base sólida. Essa base se

constrói a partir do protagonismo real das pessoas, como consequência de privilegiar tanto a diversidade como a autonomia do espaço sem que o protagonismo seja realmente possível. Lograr a transformação da pessoa-objeto em pessoa-sujeito do desenvolvimento é, entre outras coisas, um problema de escala (ELIZALDE, 2000).

O processo histórico e a trajetória econômica, política e sócio-cultural remetem para a atualidade marcada pela competição e pela concorrência que em si são altamente destruidoras dos valores verdadeiramente humanos. Na verdade, o processo histórico denota o paradoxo representado pelo egoísmo, do que decorre toda forma de desvalorização da vida. Todavia isso permite abstrair a necessidade de se pensar com seriedade o futuro da humanidade e superar as deficiências de desafios significativos, o que implica romper o monopólio de desenvolvimento e ouvir as particularidades de um verdadeiro desenvolvimento, que leve em conta a vida humana em toda sua dimensão.

No sentido que aqui se propugna, o Desenvolvimento Local se configura como a melhor alternativa de desenvolvimento porque considera o ser humano em sua total dimensão e integralidade. Esse tipo de desenvolvimento implica atuação comunitária e construção de um tecido social que fortaleça as relações solidárias que atuem como condutora nas tarefas de superação das dificuldades. Sustenta Elizalde (2000, p. 51-2) que “O desenvolvimento local prioriza as necessidades humanas, considerando o homem como sujeito e beneficiário do sistema engendrado, facilitando e exigindo a participação efetiva das pessoas na condução de um processo que promova mudanças no pensar e no agir”.

Por sua vez, Ammann (1997) defende a ideia de que a sociedade global, caracterizada como o tipo de sistema social com o mais elevado nível de autossuficiência em relação ao seu ambiente, possui uma estrutura integradora capaz de controlar os conflitos e os processos competitivos. Segundo Caiden e Caravantes (1988, p. 19), “[...] o desenvolvimento, portanto, era esse processo de mudança sequencial de um estágio para outro, numa ordem determinada, ou preestabelecida ou prefixada, que nunca variava”.

Como se pode inferir, o Desenvolvimento Local pretende por seus princípios um novo modo de conceber o ser humano e, por conseguinte, o seu progresso, na medida em que propugna justiça social, igualdade de direitos, satisfação das necessidades básicas, visando à felicidade.

5 PERSPECTIVAS

A experiência secular tem indicado que é preciso não apenas conceber uma nova modalidade de desenvolvimento como buscar práticas que conduzam ao equilíbrio social com justiça e paz. Nessa perspectiva, desponta o Desenvolvimento Local como fator essencial que estimula e fundamenta uma nova possibilidade de construção de uma sociedade menos carregada de injustiça e desvalorização da vida. Assim sendo, o ser humano deve ser o centro das atenções. Aceitar o Desenvolvimento Local como possibilidade de superação de crises sociais implica refletir com seriedade as gritantes desigualdades sociais, fruto do egoísmo e da não compreensão da figura do outro. Essa nova possibilidade implica aceitar o coletivo como forma de partilha e como meio de superar o devastador egoísmo que tem sagrado a vida de diferentes maneiras.

No contexto do estudo acima, o entendimento sobre desenvolvimento local, antes de tratar de crescimento econômico, respalda-se na preocupação com a natureza humana e na sua condição de satisfação com o meio em que se encontra. Esse meio é o próprio local onde se está inserido. O local sobrepõe-se ao global como cenário prioritário em que se manifestam as ações aliadas às interações delas provenientes. A comunidade e as suas necessidades são plenamente atendidas quando ele for considerado como sujeito desse meio, capaz de articular-se e participar ativamente da vida social.

Para a consecução desse objetivo, o homem necessariamente precisa ser inserido como participante ativo das questões do meio e conhecer os caminhos para efetivar essa ação. Nesse sentido, a perspectiva da dimensão humana em relação ao desenvolvimento, será sempre o sentir-se plenamente capaz de exercer essas ações e interar-se por meio das redes sociais.

Nas palavras de Milton Santos, muito se fala em progresso e inovações tecnológicas e até em mutação biológica pela engenharia genética, mas pouco se fala de mutação filosófica do homem que seja capaz de mudar sua dimensão humana e forma de pensar sobre o verdadeiro sentido da vida que lhe proporcione o bem estar dele próprio e do planeta (SANTOS, 2000, p. 18).

Esse posicionamento é também defendido por Ávila (2006), que retrata o ideal de desenvolvimento local como um processo centrado

na comunidade, observadas as peculiaridades locais e é endógeno sob o ponto de vista das capacidades, competências e habilidades que se articulam pelas interações entre seus membros e, principalmente, pelo desenvolvimento sociocultural.

Ávila (2006) vai ainda mais longe ao referir-se à educação como Sistema Respiratório-Circulatório do Desenvolvimento Local, cuja educabilidade deve ser promovida pelo agente de Desenvolvimento Local, de forma que ela contamine toda a relação e passe a agir como um hábito que possibilite a união e cooperação na comunidade para que ela tome rumos próprios em busca da consecução de seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, por fim, as conclusões de que as questões aqui abordadas não se esgotam pela sua complexidade e diversidade, mas permitem entender aspectos relevantes sobre a Dimensão humana nas inovações em redes sociais no contexto de Desenvolvimento Local.

As inovações se instalaram na sociedade mundial em tempo recorde, que surpreendeu a todos e tomou frente à teoria e aos estudos sobre as questões sociais, do que se faz mister repensar sobre as mudanças provocadas. O mundo, subitamente, foi apanhando por uma nova realidade: a globalização. Esse novo sistema, provocado pela inovação tecnológica, extirpou fronteiras e fez surgir a interação das diferentes culturas mundiais que passaram a ser conhecidas por redes sociais.

Como interpretar essa nova realidade social sob a perspectiva da dimensão humana; como ajustar o ser humano a esse meio e em respeito às suas necessidades e diversidades econômicas e socioculturais são desafios permanentes. Como utilizar as inovações tecnológicas e sociais em benefício de uma determinada sociedade também está na ordem do dia no universo de uma nova Sociologia. O estudo permitiu entender que a educação permanente é um poderoso meio para bem utilizar as redes sociais a serviço do bem e do progresso, integrando os indivíduos, enquanto sujeitos plenos, solidários e capazes de deveres e direitos.

O desenvolvimento, processo almejado por todos, deve ser focado, portanto, como desenvolvimento do ser, de forma endógena, de dentro para fora e no local, para depois refletir sobre os demais aspectos, inclusive o econômico, de caráter global.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 8, n. 13, set. 2006.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Local systems of innovation in the Mercosur facing the challenge of the 1990s. *Industry and Innovation*, [s.l.], v. 7, n. 1, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 1.

ELIZALDE, A. El desarrollo a escala humana: conceptos y experiências. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 8. ed. Madri, Espanha: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Ribeiro e M. Beatriz N. da Silva. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

LASTRES, H. Maria Martins. Dilema da política científica. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 2, 1995.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de O. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Edusp, 1974. v. II.

- NORBERT, Elias. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p. Disponível em: <dc126.4shared.com/doc/2TJAXMXR/preview.html>.
- PUTNAM, R. *Making democracy work*. Civic traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RHEINGOLD, Howard. *La comunidad virtual: una sociedad sin fronteras*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996. (Colección Limites de La Ciência).
- ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. *Por uma outra globalização*. Forum Social Mundial. São Paulo: Record, 2000.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TOMÁÉL, Maria Inês. Das redes sociais à inovação. *Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL)*, PR, v. 34, n. 2, 2005. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/642/565>.